

STJ00097080

EUGENIO RAÚL ZAFFARONI
JOSÉ HENRIQUE PIERANGELI

MANUAL
DE DIREITO PENAL
BRASILEIRO

Parte Geral

10.^a EDIÇÃO
REVISTA E ATUALIZADA

THOMSON REUTERS
REVISTA DOS
TRIBUNAIS™

Manual de Direito Penal Brasileiro
Volume 1 – Parte Geral
10.^a edição revista e atualizada

Eugenio Raúl Zaffaroni
José Henrique Pierangeli

1.^a edição: 1997 – 2.^a edição: 1999 – 3.^a edição: 2001 – 4.^a edição: 2002 –
5.^a edição: 2004 – 6.^a edição: 2006 – 7.^a edição, 1.^a tiragem: julho de 2007, 2.^a tiragem: abril de 2008 –
8.^a edição: 2009 – 9.^a edição: 2011.

00322

© desta edição [2013]

EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS LTDA.

GISELLE TAPAI

Diretora responsável

Rua do Bosque, 820 – Barra Funda
Tel. 11 3613.8400 – Fax 11 3613.8450
CEP 01136-000 – São Paulo, SP, Brasil

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos do Código Penal) com pena de prisão e multa, busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

CENTRAL DE RELACIONAMENTO RT
(atendimento, em dias úteis, das 8 às 17 horas)
Tel. 0800.702.2433

e-mail de atendimento ao consumidor: sac@rt.com.br

Visite nosso site: www.rt.com.br

Impresso no Brasil
[08-2013]

Universitário [texto]
Fechamento desta edição
[09-08-2013]



ISBN 978-85-203-4910-6

982119

27.2

SUMÁRIO

| | |
|--|----|
| NOTA À 10. ^a EDIÇÃO | 7 |
| NOTA À 9. ^a EDIÇÃO | 9 |
| NOTA À 8. ^a EDIÇÃO | 11 |
| DUAS NOVAS PALAVRAS..... | 13 |
| PRÓLOGO À 1. ^a EDIÇÃO | 15 |
| PREFÁCIO À 1. ^a EDIÇÃO – ALBERTO SILVA FRANCO | 17 |

PRIMEIRA PARTE TEORIA DO SABER DO DIREITO PENAL

TÍTULO I DELIMITAÇÃO DO OBJETO DO SABER DO DIREITO PENAL

CAPÍTULO I – CONTROLE SOCIAL, SISTEMA PENAL E DIREITO PENAL

I – Controle social e sistema penal

| | |
|---|----|
| 1. O delito como “construção” e como “realidade” | 59 |
| 2. Conceito e formas de controle social | 62 |
| 3. Saber e controle social (saber e poder) | 63 |
| 4. Características da manipulação ideológica..... | 65 |
| 5. Os direitos humanos e o controle social | 67 |
| 6. A importância do controle social institucionalizado ou formalizado.... | 68 |

II – Sistema penal e direito penal

| | |
|---|----|
| 7. Conceito de “sistema penal” | 70 |
| 8. Os distintos setores do sistema penal..... | 71 |
| 9. Os discursos do sistema penal..... | 72 |
| 10. Condicionamentos do sistema penal..... | 75 |
| 11. A função social do sistema penal | 76 |
| 12. O princípio da intervenção mínima na América Latina | 79 |
| 13. O sistema penal e a lei penal | 79 |
| Bibliografia | 82 |

CAPÍTULO II – O HORIZONTE DE PROJEÇÃO DO SABER DO DIREITO PENAL

I – O direito penal

| | |
|---|----|
| 14. Divisão da parte geral do direito penal..... | 84 |
| 15. Conceito geral de direito penal | 84 |
| 16. Denominação | 85 |
| 17. O horizonte de projeção do saber do direito penal | 86 |
| 18. O direito penal e a filosofia | 87 |
| 19. O caráter público do direito penal | 87 |

II – O objetivo da legislação penal

| | |
|--|----|
| 20. Tem sentido perguntar-se pelo objetivo da legislação penal?..... | 89 |
| 21. As respostas usuais..... | 90 |
| 22. Existe a “segurança jurídica”?..... | 91 |
| 23. O que é a defesa social?..... | 93 |
| 24. Tutela de bens jurídicos ou de valores éticos?..... | 94 |

III – A tarefa asseguradora do direito penal no marco da ordem jurídica

| | |
|---|----|
| 25. O caráter diferenciador do direito penal | 97 |
| 26. O caráter sancionador do direito penal e sua autonomia..... | 98 |

IV – A coerção penal como meio de prover a segurança jurídica

| | |
|--|-----|
| 27. O conceito de coerção penal | 100 |
| 28. Crítica da tese da prevenção geral..... | 100 |
| 29. Prevenção geral e função simbólica da pena | 103 |

30. A prevenção penal como objetivo da pena..... 104
 31. A prevenção especial em relação ao sujeito passivo..... 108

V – Direito penal de culpabilidade e de periculosidade

32. Direito penal de culpabilidade e de periculosidade..... 109
 33. Direito penal de autor e direito penal de ato..... 113

VI – As “teorias da pena”

34. As chamadas teorias da pena..... 114
 35. Sistemas unitários e sistemas pluralistas..... 115
 36. As medidas de segurança..... 117
 Bibliografia 118

CAPÍTULO III – FONTES, LIMITES E RELAÇÕES
 DO DIREITO PENAL

I – As fontes do direito penal

37. Fontes de produção e de conhecimento da legislação penal..... 120
 38. A fonte de produção do direito penal brasileiro é a União..... 121
 39. Fontes de conhecimento do saber jurídico-penal 122
 40. As fontes de informação da ciência do direito penal..... 123

*II – Legislação penal, ciência do direito penal e política
 criminal ou criminológica*

41. Política criminal ou criminológica 125
 42. Política criminal e legislação penal 126
 43. Política criminológica e saber penal..... 127

III – O direito penal e as outras disciplinas jurídicas

44. Relações com o direito constitucional..... 128
 45. O direito penal e os direitos humanos 129
 46. O problema dos crimes hediondos e outras discriminações constitu-
 cionais 130
 47. O esquema geral das disciplinas jurídico-penais..... 132
 48. Relações com o direito processual penal..... 133
 49. Direito penal e direito de execução penal 134
 50. Direito penal e direito penal militar 135
 51. Direito contravençional..... 136

| | |
|--|-----|
| 52. Direito penal e direito do menor | 137 |
| 53. Direito penal e direito administrativo | 140 |
| 54. Relações com o direito internacional | 142 |

*IV – Relações e delimitação do direito penal com a
criminologia e outras disciplinas*

| | |
|---|-----|
| 55. A criminologia | 147 |
| 56. A criminologia positivista | 148 |
| 57. A criminologia da “reação social” | 149 |
| 58. As “ciências penais” | 150 |
| Bibliografia | 152 |

CAPÍTULO IV – O MÉTODO E OS PRINCÍPIOS INTERPRETATIVOS
DO SABER DO DIREITO PENAL

I – O problema do método no direito penal

| | |
|--|-----|
| 59. A dogmática | 153 |
| 60. O método dogmático como método científico | 154 |
| 61. A necessidade prática da construção que pretende ser logicamente completa | 155 |
| 62. O <i>modus operandi</i> do método dogmático | 156 |
| 63. Os “fatos” que o dogmático deve levar em conta para a construção..... | 158 |
| 64. Dogmática e ideologia | 160 |
| 65. O método comparativo no direito penal | 161 |

*II – Princípios a que deve ajustar-se toda
interpretação da lei penal*

| | |
|---|-----|
| 66. Proscrição da analogia | 161 |
| 67. A interpretação restritiva ou o princípio <i>in dubio pro reo</i> | 163 |
| 68. O princípio de intranscendência ou de personalidade da pena | 164 |
| 69. O princípio de humanidade | 165 |
| Leituras complementares | 166 |

CAPÍTULO V – EVOLUÇÃO DA LEGISLAÇÃO PENAL

I – O direito penal antigo

| | |
|--|-----|
| 70. Objeto do estudo da evolução legislativa | 167 |
| 71. O direito penal das culturas distantes | 168 |

| | |
|---|-----|
| 72. O direito penal greco-romano como marco de laicização da legislação penal | 172 |
| 73. O direito penal romano | 175 |

II – O direito penal medieval e moderno

| | |
|---|-----|
| 74. Os germanos..... | 176 |
| 75. O direito penal canônico | 177 |
| 76. O direito penal árabe..... | 178 |
| 77. Os práticos e os glosadores | 178 |
| 78. A Carolina | 179 |
| 79. A legislação penal ibérica: Espanha..... | 179 |
| 80. Portugal: os forais e as Ordenações do Reino..... | 181 |

III – O movimento reformador do século XVIII

| | |
|---|-----|
| 81. As reformas penais do despotismo ilustrado..... | 193 |
|---|-----|

IV – A gênese da legislação contemporânea

| | |
|---|-----|
| 82. A codificação do século XIX..... | 194 |
| 83. Os principais textos do século XX | 196 |

V – A legislação penal brasileira do século XIX

| | |
|---|-----|
| 84. O Código Criminal do Império | 198 |
| 85. O Código da República Velha (1890)..... | 201 |
| 86. Os projetos de VIEIRA DE ARAÚJO | 202 |
| 87. Avaliação geral da legislação penal do século XIX | 203 |

VI – A evolução até o Código de 1940

| | |
|--|-----|
| 88. O projeto GALDINO SIQUEIRA (1913)..... | 203 |
| 89. Projetos de SA PEREIRA (1927, 1928 e 1935) | 203 |
| 90. O projeto ALCÂNTARA MACHADO..... | 204 |
| 91. O Código de 1940 | 204 |

VII – A legislação atual

| | |
|--|-----|
| 92. A tentativa de substituição do Código de 1940: o Código de 1969 e suas reformas..... | 205 |
| 93. A nova parte geral de 1984..... | 206 |
| 94. Perspectiva | 207 |
| Bibliografia | 208 |

CAPÍTULO VI – A LEI PENAL EM RELAÇÃO AO TEMPO
E A PESSOAS QUE DESEMPENHAM DETERMINADAS FUNÇÕES

I – A lei penal no tempo

| | |
|---|-----|
| 95. O princípio geral e a exceção | 209 |
| 96. Leis temporárias e excepcionais | 211 |
| 97. Retroatividade e medidas de segurança | 212 |
| 98. O momento da ação ou omissão | 212 |
| 99. As leis descriminalizadoras anômalas: leis de anistia | 214 |

*II – O direito da aplicação da lei penal em relação a pessoas
que desempenham determinadas funções*

| | |
|--|-----|
| 100. Indenidades e imunidades | 215 |
| 101. Indenidades ou imunidades absolutas parlamentares | 216 |
| 102. Imunidades diplomáticas e consulares | 217 |
| Leituras complementares | 218 |

TÍTULO II

FUNDAMENTAÇÃO FILOSÓFICO-POLÍTICA DO HORIZONTE
DE PROJEÇÃO DO SABER DO DIREITO PENAL
(AS IDEOLOGIAS PENAIS)

CAPÍTULO VII – O SURGIMENTO DO PENSAMENTO PENAL
MODERNO: O INDUSTRIALISMO

I – As ideologias penais anteriores ao industrialismo

| | |
|---|-----|
| 103. A iniludível referência às ideologias | 221 |
| 104. O pensamento oriental e sua influência sobre o saber penal | 222 |
| 105. O pensamento grego | 225 |
| 106. Os sofistas | 226 |
| 107. SÓCRATES | 228 |
| 108. PLATÃO | 228 |
| 109. ARISTÓTELES | 229 |
| 110. O pensamento pós-aristotélico | 230 |
| 111. O pensamento medieval em geral | 231 |
| 112. SANTO AGOSTINHO | 232 |
| 113. A escolástica medieval | 233 |
| 114. A mística | 235 |

| | |
|---|-----|
| 115. O ensinamento do pensamento medieval | 235 |
| <i>II – O industrialismo: mudanças estruturais e consequências penais</i> | |
| 116. Revolução industrial e controle social..... | 236 |
| <i>III – O contratualismo retributivo: a defesa do capitalismo incipiente frente à nobreza</i> | |
| 117. O talião: a indenização pela violação do contrato..... | 240 |
| 118. As respostas ao kantismo do liberalismo (FEUERBACH) e do socialis- mo (MARAT)..... | 243 |
| <i>IV – Os penalistas do contratualismo</i> | |
| 119. BECCARIA | 246 |
| 120. MELLO FREIRE | 248 |
| 121. LARDIZÁBAL | 250 |
| 122. ROMAGNOSI | 250 |
| 123. A “escola toscana” (CARMIGNANI E CARRARA)..... | 251 |
| <i>V – A ideologia do treinamento para a produção industrial (a ideologia da defesa do capitalismo incipiente frente às massas)</i> | |
| 124. As penas: do “corpo” à “alma” | 252 |
| 125. BENTHAM e a “ideologia panóptica” | 253 |
| Bibliografia | 255 |

CAPÍTULO VIII – AS IDEOLOGIAS PENAIS DA CONSOLIDAÇÃO DO PODER DO CAPITAL NOS PAÍSES CENTRAIS E SUA CRISE

I – O giro para o organicismo

| | |
|---------------------------------------|-----|
| 126. O deslocamento do conflito | 257 |
| 127. O organicismo social..... | 258 |

II – A ideologia penal hegeliana

| | |
|--|-----|
| 128. Hegelianismo penal..... | 259 |
| 129. A projeção do pensamento hegeliano..... | 261 |

III – As ideologias penais das respostas ao hegelianismo

| | |
|--|-----|
| 130. O krausismo penal (correccionalismo)..... | 261 |
|--|-----|

| | |
|---|-----|
| 131. A reação anti-hegeliana do “direito penal popular” | 264 |
| 132. A reação nietzscheana | 264 |
| 133. A reação marxista | 266 |

IV – O organicismo positivista

| | |
|---|-----|
| 134. O positivismo como ideologia do capitalismo incipiente consolidado no poder | 268 |
| 135. A antropologia criminal de LOMBROSO | 270 |
| 136. O positivismo penal sociológico: FERRI | 271 |
| 137. A “luta de escolas” | 272 |
| 138. O platonismo rudimentar de GAROFALO | 274 |

V – As variantes do positivismo

| | |
|---|-----|
| 139. O evolucionismo espiritualista de VON LISZT..... | 276 |
| 140. O positivismo correcionalista: DORADO MONTERO..... | 278 |
| 141. O positivismo jurídico..... | 279 |
| 142. BINDING..... | 280 |

VI – A crise do positivismo organicista

| | |
|--|-----|
| 143. A primeira visão macrosociológica moderna do crime (DURKHEIM) | 282 |
| Bibliografia | 283 |

CAPÍTULO IX – A IDEOLOGIA PENAL NO “ESTADO DO BEM-ESTAR” NOS PAÍSES CENTRAIS

I – A ideologia criminal a partir da crise do positivismo organicista

| | |
|---------------------------------------|-----|
| 144. A separação das ideologias | 285 |
|---------------------------------------|-----|

II – As ideologias da criminologia norte-americana

| | |
|--|-----|
| 145. As teorias sociológicas da unidade cultural | 287 |
| 146. As teorias do conflito..... | 289 |

III – A ideologia do tratamento

| | |
|--------------------------------------|-----|
| 147. A ideologia do tratamento | 291 |
| 148. A nova defesa social | 292 |

IV – A ideologia do direito penal retributivo europeu

| | |
|--|-----|
| 149. O neocriticismo penal | 294 |
| 150. O neopositivismo (ou positivismo lógico ou “círculo de Viena”)..... | 295 |
| 151. O neoescolasticismo | 296 |
| 152. A ética material (SCHELER-HARTMANN)..... | 297 |
| Bibliografia | 299 |

CAPÍTULO X – A IDEOLOGIA PENAL EM PAÍSES CENTRAIS
COM DIFICULDADE DE ACUMULAÇÃO
DE CAPITAL PRODUTIVO

I – A atitude geral do direito penal “de acumulação rápida”

| | |
|---|-----|
| 153. A crítica ao “direito penal liberal” | 300 |
| 154. O conceito de direito penal liberal | 301 |

II – As políticas penais dos autoritarismos de pré-guerra

| | |
|---|-----|
| 155. As políticas penais fascista e nacional-socialista | 302 |
| 156. A política penal soviética de pré-guerra | 305 |

III – A política penal soviética

| | |
|---|-----|
| 157. O direito penal soviético da última etapa..... | 307 |
|---|-----|

IV – Os princípios político-penais da Igreja Católica

| | |
|--|-----|
| 158. A consideração dos problemas penais pelos últimos pontífices..... | 309 |
| Leituras complementares | 311 |

CAPÍTULO XI – PANORAMA ATUAL DO PENSAMENTO PENAL
E A PROBLEMÁTICA PERIFÉRICA

I – Bases filosóficas realistas provenientes dos países centrais

| | |
|--|-----|
| 159. Existencialismo | 312 |
| 160. A teoria das estruturas lógico-objetivas ou lógico-reais..... | 315 |
| 161. A teoria crítica da sociedade..... | 317 |

II – Linhas político-criminais enunciadas nos países centrais

| | |
|--|-----|
| 162. Tendências penais utópicas | 319 |
| 163. A “nova direita” penal | 321 |
| 164. A “política criminal verde” | 322 |

| | |
|--|-----|
| 165. Descriminalização, despenalização, diversificação e intervenção mínima..... | 324 |
|--|-----|

III – O pensamento penal atual na América Latina

| | |
|--|-----|
| 166. O “retribucionismo” na América Latina..... | 325 |
| 167. O perigosismo na América Latina | 326 |
| 168. O direito penal de segurança nacional | 327 |
| 169. A crítica penal latino-americana..... | 328 |
| Bibliografia | 328 |

CAPÍTULO XII – OS CAMINHOS ABERTOS PARA UMA FUNDAMENTAÇÃO ANTROPOLÓGICA DO DIREITO PENAL

I – A necessidade da fundamentação antropológica

| | |
|--|-----|
| 170. A inevitabilidade das perguntas fundamentais..... | 330 |
|--|-----|

II – Direito penal efetivo, direito penal não efetivo e puro exercício do poder

| | |
|--|-----|
| 171. A distinção..... | 331 |
| 172. Quando há direito penal e quando há mero exercício de poder?..... | 332 |

III – O direito penal efetivo e o direito penal não efetivo

| | |
|--|-----|
| 173. Condições de efetividade do direito penal | 333 |
| 174. Efeitos da ausência de fundamentação antropológica..... | 340 |

SEGUNDA PARTE TEORIA DO DELITO

TÍTULO I

ESTRUTURAÇÃO DA TEORIA DO DELITO

CAPÍTULO XIII – NECESSIDADE DA TEORIA DO DELITO

I – Utilidade da teoria do delito

| | |
|---------------------------------|-----|
| 175. Incumbência da teoria..... | 347 |
|---------------------------------|-----|

II – Necessidade de estratificar a teoria do delito

| | |
|---|-----|
| 176. Conceito de estratificação | 348 |
| 177. Teoria estratificada e teoria unitária do delito | 349 |
| 178. Estratificado é o conceito obtido pela análise, não o delito | 350 |

CAPÍTULO XIV – ESBOÇO ESTRUTURAL

I – Os níveis analíticos da teoria do delito

| | |
|---|-----|
| 179. Colocação geral | 351 |
| 180. Representação do proceder analítico..... | 354 |
| 181. O critério sistemático que surge da estrutura analítica..... | 354 |

II – Outros possíveis critérios sistemáticos e sua crítica

| | |
|--|-----|
| 182. Do autor à conduta..... | 355 |
| 183. O critério objetivo-subjetivo | 356 |

III – Evolução da teoria do delito

| | |
|---|-----|
| 184. Injusto objetivo – Culpabilidade psicológica (LISZT) | 357 |
| 185. Distinção dentro do injusto entendido objetivamente: a tipicidade (BE-LING)..... | 358 |
| 186. A ruptura do esquema objetivo-subjetivo | 358 |
| 187. O tipo complexo e o finalismo | 360 |
| 188. A teoria do delito no Brasil..... | 361 |
| 189. <i>Excursus</i> : a discussão nos últimos anos | 362 |
| Bibliografia | 365 |

TÍTULO II
A CONDUTA

CAPÍTULO XV – CONCEITO E FUNÇÃO DA CONDUTA

I – O direito penal não altera o conceito de conduta

| | |
|--|-----|
| 190. Ato de vontade e ato de conhecimento | 369 |
| 191. O direito e a conduta humana..... | 369 |
| 192. Não há delito sem conduta..... | 370 |
| 193. Tentativas de desconhecimento do <i>nullum crimen sine conducta</i> | 371 |

II – A questão terminológica

| | |
|-------------------------------------|-----|
| 194. Conduta, ação, ato, fato | 373 |
|-------------------------------------|-----|

III – Conduta implica vontade

| | |
|--------------------------------------|-----|
| 195. Vontade e desejo..... | 374 |
| 196. Vontade e finalidade | 375 |
| 197. Vontade e vontade “livre” | 375 |

IV – *Estrutura da conduta*

| | |
|--|-----|
| 198. A antecipação biocibernética..... | 376 |
| 199. A estrutura da conduta segundo o conceito ôntico-ontológico e sua tradição..... | 377 |
| 200. Localização do resultado e do nexó causal..... | 378 |

V – *A conduta como caráter genérico comum a todas as formas típicas*

| | |
|---|-----|
| 201. Caráter comum para as formas típicas dolosas e culposas..... | 379 |
| 202. Caráter comum para as formas típicas ativa e omissiva..... | 380 |

CAPÍTULO XVI – OUTROS CONCEITOS DE CONDUTA
E SUA CRÍTICAI – *A teoria causal da ação*

| | |
|---|-----|
| 203. Conceito geral de conduta para o causalismo..... | 381 |
| 204. Crítica do conceito..... | 383 |

II – *As teorias “sociais” da conduta*

| | |
|--|-----|
| 205. Os seus diversos sentidos..... | 385 |
| 206. Conceito “social” e teoria finalista..... | 386 |
| 207. Esterilidade do conceito “social”..... | 386 |

III – *As tentativas de estruturar o conceito de conduta a partir de exigências sistemáticas*

| | |
|--|-----|
| 208. O idealismo gnosiológico não possibilita apenas o conceito causal de conduta..... | 387 |
| Leituras complementares..... | 388 |

CAPÍTULO XVII – AUSÊNCIA DE CONDUTA

I – *Panorama*

| | |
|------------------------------------|-----|
| 209. Enumeração das hipóteses..... | 389 |
|------------------------------------|-----|

II – *Força física irresistível*

| | |
|--|-----|
| 210. Delimitação..... | 390 |
| 211. Hipóteses de força física irresistível..... | 391 |
| 212. Força física irresistível “interna”..... | 392 |

III – *Involuntariedade*

| | |
|----------------------------------|-----|
| 213. Conceito e delimitação..... | 393 |
|----------------------------------|-----|

| | |
|--|-----|
| 214. Estado de inconsciência | 394 |
| 215. Casos particulares de inconsciência | 395 |
| 216. A involuntariedade procurada..... | 395 |
| 217. Ausência de conduta na omissão | 395 |

IV – Importância da distinção com outros aspectos negativos do delito

| | |
|---|-----|
| 218. Efeitos da ausência de conduta | 396 |
| Bibliografia | 396 |

TÍTULO III
A TIPICIDADE

CAPÍTULO XVIII – ESTRUTURA DOS TIPOS PENAIS E SUAS
RELAÇÕES COM A ANTIJURIDICIDADE

I – Conceito de tipo e tipicidade

| | |
|--|-----|
| 219. Definição de tipo penal | 399 |
| 220. Tipo e tipicidade..... | 400 |
| 221. Outros usos da palavra “tipo” | 401 |

II – Modalidades técnico-legislativas dos tipos

| | |
|--|-----|
| 222. Tipos legais e tipos judiciais..... | 401 |
| 223. Tipos abertos e tipos fechados..... | 402 |
| 224. Outra forma de abertura típica..... | 403 |
| 225. Tipo de autor e tipo de ato | 403 |
| 226. A lei penal em branco..... | 404 |

III – Concepções complexa e objetiva

| | |
|---|-----|
| 227. A concepção objetiva do tipo penal | 405 |
| 228. A concepção complexa do tipo penal..... | 406 |

IV – Tipicidade e antijuridicidade

| | |
|---|-----|
| 229. Panorama das distintas posições | 408 |
| 230. Interesse, bem e norma | 409 |
| 231. A antinormatividade..... | 410 |
| 232. Tipicidade penal: tipicidade legal mais tipicidade conglobante | 412 |
| 233. Antinormatividade e antijuridicidade | 414 |
| 234. Atipicidade conglobante e justificação | 414 |

V – Os bens jurídicos penalmente tutelados

| | |
|--|-----|
| 235. A importância do bem jurídico | 415 |
| 236. Conceito de bem jurídico | 416 |
| 237. Precisão do conceito de “relação de disponibilidade” | 417 |
| 238. A moral como bem jurídico | 418 |
| 239. Pode-se prescindir do bem jurídico? | 419 |
| 240. Classificação dos tipos penais em razão dos bens jurídicos afetados.... | 420 |
| Leituras complementares | 421 |

CAPÍTULO XIX – TIPOS ATIVOS DOLOSOS:
ASPECTO OBJETIVO

I – Panorama da estrutura do tipo doloso

| | |
|---|-----|
| 241. Aspecto objetivo e subjetivo do tipo doloso ativo..... | 422 |
|---|-----|

II – A alteração física

| | |
|---|-----|
| 242. O resultado material..... | 423 |
| 243. A relação de causalidade | 424 |
| 244. A natureza da relação de causalidade | 425 |

III – Os sujeitos, as referências e os elementos normativos

| | |
|------------------------------------|-----|
| 245. Os sujeitos | 427 |
| 246. As referências | 428 |
| 247. Os elementos normativos | 428 |

IV – Classificações secundárias

| | |
|--|-----|
| 248. Sua importância e quadro geral..... | 429 |
| Leituras complementares | 431 |

CAPÍTULO XX – TIPOS ATIVOS DOLOSOS:
ASPECTO SUBJETIVO

I – Estrutura do tipo doloso subjetivo

| | |
|--|-----|
| 249. Tipos subjetivos que se esgotam no dolo e tipos subjetivos que reconhecem outros elementos..... | 432 |
|--|-----|

II – Conceito de dolo

| | |
|---------------------------------|-----|
| 250. Definição e aspectos | 433 |
|---------------------------------|-----|

III – O aspecto cognoscitivo do dolo

| | |
|--|-----|
| 251. As formas de conhecimento | 434 |
| 252. O grau de atualização exigido pelo dolo | 435 |
| 253. Dolo e conhecimento da antijuridicidade | 435 |
| 254. Dolo valorado e dolo desvalorado | 436 |
| 255. Os conhecimentos requeridos pelo dolo | 437 |
| 256. Previsão da causalidade e do resultado | 437 |
| 257. Alguns erros sobre a causalidade..... | 438 |

IV – A ausência de dolo por erro de tipo

| | |
|--|-----|
| 258. O erro de tipo: sua natureza | 442 |
| 259. Os efeitos do erro de tipo | 444 |
| 260. As concepções tradicionais do erro e sua crítica | 445 |
| 261. O princípio <i>error juris nocet</i> e a solução legal vigente..... | 446 |
| 262. O erro de tipo não é o “erro de fato” | 447 |
| 263. O erro de tipo psicologicamente condicionado | 447 |

V – O aspecto volitivo do dolo

| | |
|---|-----|
| 264. As distintas classes de dolo segundo seu aspecto volitivo: o dolo direto | 448 |
| 265. O dolo eventual | 448 |

VI – Os elementos subjetivos do tipo distintos do dolo

| | |
|--|-----|
| 266. Conceito e localização | 450 |
| 267. Dificuldades que acarretam para a teoria objetiva do tipo | 451 |
| 268. Classes de tipos com elementos subjetivos distintos do dolo | 452 |
| 269. Elementos subjetivos do tipo distintos do dolo e componentes da culpabilidade | 454 |
| Leituras complementares | 455 |

CAPÍTULO XXI – TIPOS CULPOSOS

I – Panorama da problemática da culpa

| | |
|---|-----|
| 270. Culpa e finalidade | 456 |
| 271. Os tipos culposos como tipos abertos | 457 |
| 272. A função do fim no tipo culposo | 458 |

II – O aspecto objetivo do tipo culposo

| | |
|--|-----|
| 273. A função do resultado nos tipos culposos..... | 459 |
| 274. A causalidade no tipo culposo..... | 460 |
| 275. A violação do dever de cuidado | 460 |
| 276. Relação de determinação entre a violação do dever de cuidado e a produção do resultado (conexão de antijuridicidade)..... | 462 |

III – O aspecto subjetivo do tipo culposo

| | |
|--|-----|
| 277. Sua natureza | 463 |
| 278. Componentes subjetivos | 463 |
| 279. Culpa com fim de causar o resultado..... | 464 |
| 280. Culpa com representação e culpa inconsciente..... | 465 |

IV – Outras posições a respeito da culpa e sua crítica

| | |
|--|-----|
| 281. A tentativa de fundamentar a culpa na causalidade e a previsibilidade | 466 |
| 282. Localização da culpa na culpabilidade | 466 |
| 283. Críticas ao conceito finalista de tipo culposo..... | 468 |
| Leituras complementares | 469 |

CAPÍTULO XXII – O PROBLEMA DA RESPONSABILIDADE OBJETIVA

I – O chamado “princípio de culpabilidade”

| | |
|---|-----|
| 284. Conteúdo do chamado “princípio de culpabilidade”..... | 470 |
| 285. Violação do <i>nullum crimen sine culpa</i> : a responsabilidade objetiva..... | 470 |

II – As figuras complexas

| | |
|--|-----|
| 286. A preterintenção e outras hipóteses | 471 |
| 287. Delitos “qualificados pelo resultado” | 472 |

III – O *versari in re illicita* e suas manifestações

| | |
|--|-----|
| 288. O princípio do <i>nullum crimen sine culpa</i> e seu desconhecimento..... | 473 |
| 289. A teoria da <i>actio libera in causa</i> | 474 |
| 290. Crítica à teoria da <i>actio libera in causa</i> | 475 |
| 291. O problema da embriaguez na legislação brasileira | 478 |
| Leituras complementares | 481 |

CAPÍTULO XXIII – OS TIPOS OMISSIVOS

I – Natureza da omissão

292. A omissão é uma estrutura típica 482
 293. Não há omissões pré-típicas 483

II – A estrutura do tipo omissivo objetivo

294. Situação, exteriorização e possibilidade 484
 295. Equivalente típico da causação 484
 296. O autor 485
 297. A omissão imprópria e sua problemática 485
 298. As fontes da posição de garantidor 487

III – O tipo omissivo subjetivo: o dolo na omissão

299. O dolo omissivo 488

IV – As omissões culposas

300. A culpa omissiva 490
 301. Estrutura culposa e estrutura omissiva 491

V – Excursus político-criminal

302. O significado político-criminal da omissão 492
 Leituras complementares 493

CAPÍTULO XXIV – A TIPICIDADE CONGLOBANTE
COMO CORRETIVO DA TIPICIDADE LEGAL*I – Função da tipicidade conglobante*

303. Remissão 494

II – O cumprimento de um dever jurídico

304. Natureza 495
 305. Colisão de deveres 496
 306. Consequências de sua natureza 498

*III – Casos particulares de atipicidade conglobante distintos
do cumprimento de dever*

307. Acordo 498
 308. As intervenções cirúrgicas 500

| | |
|---|-----|
| 309. As lesões desportivas | 502 |
| 310. As atividades perigosas fomentadas | 503 |

*IV – A afetação do bem jurídico
como requisito indispensável
da tipicidade conglobante*

| | |
|---|-----|
| 311. Dano e perigo | 504 |
| 312. O princípio da insignificância | 505 |

V – Excursus esclarecedor

| | |
|--|-----|
| 313. A teoria da adequação social da conduta | 505 |
| Leituras complementares | 506 |

TÍTULO IV
A ANTIJURIDICIDADE

CAPÍTULO XXV – ANTIJURIDICIDADE E JUSTIFICAÇÃO

I – Antinormatividade e antijuridicidade

| | |
|---|-----|
| 314. Ordem normativa e ordem jurídica | 509 |
| 315. O conceito geral de antijuridicidade | 509 |
| 316. Antijuridicidade formal e material | 510 |
| 317. A justificação “supralegal” e o injusto “supralegal” | 511 |
| 318. A politização da antijuridicidade material | 511 |
| 319. Nossa posição | 512 |

II – Antijuridicidade objetiva e subjetiva

| | |
|--|-----|
| 320. Antijuridicidade e injusto | 512 |
| 321. Outros sentidos da “objetividade” da antijuridicidade | 513 |
| 322. O problema do injusto pessoal | 513 |

III – Os tipos permissivos em geral

| | |
|--|-----|
| 323. Estrutura do tipo permissivo | 514 |
| 324. A congruência no tipo permissivo | 516 |
| 325. O fundamento genérico dos tipos permissivos | 516 |
| 326. Classificação dos tipos permissivos | 517 |
| Leituras complementares | 517 |

CAPÍTULO XXVI – LEGÍTIMA DEFESA

I – Natureza e fundamento

| | |
|---|-----|
| 327. O fundamento individual e o fundamento social..... | 518 |
| 328. Necessidade e defesa | 519 |

II – Características da defesa legítima

| | |
|---|-----|
| 329. Bens defensáveis..... | 520 |
| 330. A agressão injusta..... | 520 |
| 331. A questão da provocação | 521 |
| 332. Necessidade da defesa | 522 |
| 333. Moderação da defesa | 523 |
| 334. A defesa da administração da justiça e a vida..... | 524 |
| 335. Aspecto subjetivo do tipo permissivo | 525 |
| 336. A defesa do Estado | 525 |
| Leituras complementares | 526 |

CAPÍTULO XXVII – OUTROS TIPOS PERMISSIVOS
EM PARTICULAR*I – A regulação legal do estado de necessidade;
justificação e excludente de culpabilidade*

| | |
|--|-----|
| 337. A fórmula legal..... | 527 |
| 338. As dificuldades enfrentadas pela teoria do estado de necessidade..... | 528 |
| 339. As autonomias teóricas como única solução..... | 529 |
| 340. O estado de necessidade como justificação e como exclusão de culpabilidade..... | 529 |

II – O estado de necessidade justificante

| | |
|---|-----|
| 341. Conceito | 530 |
| 342. Requisitos do estado de necessidade justificante | 531 |

III – O excesso nas causas de justificação

| | |
|---|-----|
| 343. O conceito de “excesso” | 533 |
| 344. Excesso doloso e excesso culposos..... | 534 |
| Leituras complementares | 535 |

TÍTULO V
A CULPABILIDADE

CAPÍTULO XXVIII – CONCEITO, FUNDAMENTO E DELIMITAÇÃO

I – Conceito de culpabilidade

| | |
|---|-----|
| 345. Ideia geral..... | 539 |
| 346. Evolução da teoria da culpabilidade: a teoria psicológica da culpabilidade..... | 541 |
| 347. Evolução da teoria da culpabilidade: a culpabilidade como relação psicológica e como reprovabilidade | 542 |
| 348. O ápice da evolução: a culpabilidade como reprovabilidade | 542 |

II – O princípio de culpabilidade

| | |
|---|-----|
| 349. Fundamento antropológico..... | 544 |
| 350. A impossibilidade da culpabilidade sobre outra base antropológica..... | 544 |

III – Culpabilidade de ato e de autor

| | |
|--|-----|
| 351. A culpabilidade pela conduta de vida | 545 |
| 352. Aristóteles e a culpabilidade pela conduta de vida..... | 546 |

IV – Outros conceitos de culpabilidade

| | |
|---|-----|
| 353. A chamada “cocalpabilidade” | 547 |
| 354. A culpabilidade fundamentada na teoria do fim da pena..... | 548 |
| 355. A teoria da “possibilidade de atribuição” | 548 |
| 356. Inculpabilidade e impunidade..... | 548 |

V – Panorama da culpabilidade normativa e sua ausência

| | |
|--|-----|
| 357. Culpabilidade e inculpabilidade normativas..... | 549 |
| Leituras complementares | 550 |

CAPÍTULO XXIX – A POSSIBILIDADE EXIGÍVEL DE
COMPREENSÃO DA ANTIJURIDICIDADE

I – Localização sistemática

| | |
|--|-----|
| 358. Exigência legal..... | 551 |
| 359. Teorias que situam a “consciência da antijuridicidade” no dolo..... | 551 |
| 360. Teorias que situam o problema na culpabilidade | 553 |
| 361. Nossa posição | 554 |

II – Natureza

| | |
|---|-----|
| 362. Consciência da antijuridicidade e consciência individual | 554 |
| 363. Natureza da compreensão da antijuridicidade | 555 |
| 364. O conteúdo da possibilidade de compreensão da antijuridicidade | 556 |
| Leituras complementares | 557 |

CAPÍTULO XXX – A INEXIGIBILIDADE DA COMPREENSÃO DA ANTIJURIDICIDADE PROVENIENTE DE INCAPACIDADE PSÍQUICA

I – Conceito, localização e delimitação

| | |
|--|-----|
| 365. Conceito de imputabilidade e inimputabilidade | 558 |
| 366. Outros conceitos de imputabilidade | 560 |

II – A incapacidade psíquica de entender a ilicitude no direito vigente

| | |
|--|-----|
| 367. Os efeitos psíquicos que acarretam incapacidade | 561 |
| 368. A enfermidade mental e o desenvolvimento incompleto ou retardado. Menoridade | 563 |
| 369. Emoção e paixão | 567 |

III – A culpabilidade diminuída

| | |
|-------------------------------|-----|
| 370. O conceito legal | 568 |
| Leituras complementares | 569 |

CAPÍTULO XXXI – ERRO DE PROIBIÇÃO (INEXIGIBILIDADE DA COMPREENSÃO DA ANTIJURIDICIDADE PROVENIENTE DE ERRO)

I – Conceito e classificação

| | |
|--------------------------|-----|
| 371. Conceito | 570 |
| 372. Classificação | 570 |

II – O erro de proibição visto sob o ângulo de outras teorias do delito e do injusto

| | |
|--|-----|
| 373. O erro de proibição para as teorias que situam a consciência do injusto no dolo | 572 |
| 374. O erro de proibição na chamada “teoria limitada da culpabilidade” | 572 |

III – O erro de proibição no nosso Código

375. As fórmulas legais 573

IV – O erro de compreensão

376. Erro de conhecimento e de compreensão 575

377. A consciência dissidente e o erro de compreensão 576

378. O erro de compreensão e o erro culturalmente condicionado em geral 577

V – Casos especiais de erro

379. Erro de proibição, de subsunção e de punibilidade 579

VI – Erro de proibição vencível e invencível

380. Orientação geral 580

Leituras complementares 580

CAPÍTULO XXXII – INEXIGIBILIDADE DE OUTRA
CONDUTA PELA SITUAÇÃO REDUTORA
DA AUTODETERMINAÇÃO

I – Caracterização geral

381. Diversidade de hipóteses básicas..... 582

II – Estado de necessidade exculpante

382. Regulamentação legal..... 583

383. Estado de necessidade e coação 584

384. Desconhecimento e falsa suposição da situação de necessidade..... 585

385. Culpabilidade diminuída pelo estado de necessidade incompleto..... 586

III – A obediência hierárquica

386. Hipóteses distintas 587

*IV – Impossibilidade de dirigir as ações
conforme a compreensão da antijuridicidade*

387. A segunda hipótese da inimputabilidade 589

V – Culpabilidade supralegal

388. A inexigibilidade de outra conduta 589

Leituras complementares 590

TÍTULO VI
PROBLEMÁTICA ESPECIAL DA TIPICIDADE

CAPÍTULO XXXIII – A AUTORIA

I – A problemática do concurso de pessoas

| | |
|--|-----|
| 389. Colocação geral do problema | 593 |
| 390. Natureza dos conceitos de autor e partícipe | 593 |
| 391. O sistema penal vigente..... | 594 |

II – Autoria e participação

| | |
|--|-----|
| 392. Critérios que têm sido defendidos | 595 |
| 393. Formas de delimitação entre autoria e participação..... | 596 |
| 394. O critério do domínio do fato como indicador da autoria | 597 |

III – Formas de autoria

| | |
|--|-----|
| 395. Autoria direta e autoria mediata..... | 598 |
| 396. Autoria e coautoria..... | 601 |

IV – A autoria dolosa e a autoria culposa

| | |
|---|-----|
| 397. Explicitação das diferentes bases conceituais..... | 602 |
| 398. Consequências da diferença | 602 |

V – O autor de determinação

| | |
|--|-----|
| 399. Delitos de mão própria e <i>delicta propria</i> | 604 |
| 400. O tipo especial de autor de determinação | 605 |

VI – O cúmplice com participação de maior importância

| | |
|--|-----|
| 401. Coautoria e cumplicidade necessária | 606 |
|--|-----|

VII – Autoria mediata com determinado culpável e punível

| | |
|-----------------------------------|-----|
| 402. A autoria de escritório..... | 607 |
| Leituras complementares | 609 |

CAPÍTULO XXXIV – PARTICIPAÇÃO
(INSTIGAÇÃO E CUMPLICIDADE)

I – Conceito geral

| | |
|---|-----|
| 403. Natureza | 610 |
| 404. Outras opiniões acerca de sua natureza | 611 |

| | |
|---|-----|
| 405. Deslinde acerca de outras hipóteses de concurso..... | 613 |
| 406. Participação e favorecimento..... | 613 |

II – Requisitos da participação

| | |
|---|-----|
| 407. Aspecto interno da acessoriedade | 615 |
| 408. Aspecto externo..... | 615 |

III – Problemas particulares da participação

| | |
|--|-----|
| 409. Formas especiais de configuração | 616 |
| 410. Erro na participação | 616 |
| 411. A chamada “comunicabilidade das circunstâncias” | 617 |

IV – Instigação

| | |
|---|-----|
| 412. Conceito e meios..... | 618 |
| 413. O resultado da instigação | 619 |
| 414. O dolo de instigação..... | 619 |
| 415. Instigação ao suicídio e a autolesão | 620 |

V – Cumplicidade

| | |
|--|-----|
| 416. Conceito e classes..... | 621 |
| 417. A participação de menor importância | 622 |
| Leituras complementares | 622 |

CAPÍTULO XXXV – A TENTATIVA

I – Conceitos gerais

| | |
|--|-----|
| 418. Conceito de tentativa | 623 |
| 419. O fundamento da punição da tentativa..... | 624 |

II – Estrutura do delito tentado

| | |
|--|-----|
| 420. O dolo na tentativa..... | 625 |
| 421. A consumação como limite da tentativa | 626 |
| 422. Atos executivos e preparatórios | 627 |
| 423. Classes de tentativa | 629 |
| 424. Tentativa na omissão | 629 |

III – A tentativa inidônea (delito impossível)

| | |
|---------------------|-----|
| 425. Conceito | 629 |
|---------------------|-----|

IV – A desistência voluntária e o arrependimento eficaz

| | |
|---|-----|
| 426. Fundamento e natureza..... | 631 |
| 427. Consequências da natureza jurídica..... | 634 |
| 428. Consequências do fundamento | 634 |
| 429. Diferença entre a desistência voluntária e o arrependimento eficaz | 634 |
| 430. O arrependimento posterior..... | 635 |
| 431. A tentativa qualificada..... | 636 |
| Leituras complementares | 636 |

CAPÍTULO XXXVI – UNIDADE E PLURALIDADE
DE TIPICIDADES

I – Pluralidade de crimes e de tipicidades

| | |
|---|-----|
| 432. Realismo e idealismo nos concursos real e ideal..... | 637 |
|---|-----|

II – Unidade e pluralidade de condutas ou ações

| | |
|--|-----|
| 433. O problema na legislação comparada..... | 638 |
| 434. Os sistemas dos Códigos brasileiros..... | 639 |
| 435. A questão da unidade ou pluralidade de crimes e sua base ôntica | 640 |
| 436. O sistema no Código vigente | 641 |
| 437. Quando há uma e quando há várias condutas?..... | 642 |
| 438. Casos distintos de consideração típica unitária da pluralidade de movimentos voluntários com plano comum..... | 644 |
| 439. O verdadeiro delito continuado | 645 |

III – Concurso formal

| | |
|--|-----|
| 440. Concurso formal e unidade de conduta..... | 647 |
| 441. Concurso formal qualificado..... | 648 |

IV – Concurso material ou real

| | |
|---|-----|
| 442. Concurso material e pluralidade de condutas..... | 650 |
| 443. Concurso material atenuado ou falso crime continuado | 651 |
| 444. Os graus de atenuação do concurso material..... | 652 |

V – Considerações de lege ferenda

| | |
|---------------------------------|-----|
| 445. Crítica à lei vigente..... | 653 |
|---------------------------------|-----|

VI – *Concursos aparentes*

| | |
|--|-----|
| 446. O concurso aparente de tipos..... | 653 |
| Leituras complementares | 656 |

TERCEIRA PARTE
TEORIA DA COERÇÃO PENAL

TÍTULO I
COERÇÃO MATERIALMENTE PENAL

CAPÍTULO XXXVII – CONDIÇÕES DE OPERATIVIDADE
DA COERÇÃO PENAL

I – Conceito geral

| | |
|--|-----|
| 447. Coerção formal e materialmente penal | 661 |
| 448. A “punibilidade” | 661 |
| 449. Condições que fazem atuar a coerção penal | 663 |

II – As condições penais de operatividade da coerção penal

| | |
|--|-----|
| 450. Ausência de causas pessoais que excluem a punibilidade..... | 665 |
| 451. Casos especiais de causas pessoais que cancelam a punibilidade | 667 |
| 452. A graça ou indulto como causa pessoal de extinção da punibilidade ... | 668 |
| 453. Perdão judicial..... | 669 |
| 454. A prescrição da pena como causa pessoal de extinção da punibilidade | 670 |
| 455. A questão da imprescritibilidade..... | 671 |

III – A prescrição no nosso Código Penal

| | |
|---|-----|
| 456. Introdução | 671 |
| 457. Prescrição da pretensão punitiva (ou da ação)..... | 672 |
| 458. Prescrição das penas restritivas de direito | 674 |
| 459. Prescrição da pretensão executória | 674 |
| 460. Redução de prazos..... | 675 |
| 461. Interrupção do prazo da prescrição da pretensão punitiva | 675 |
| 462. Interrupção do prazo prescricional da pretensão executória | 677 |
| 463. Comunicabilidade das causas interruptivas | 677 |
| 464. Absorção de penas..... | 678 |
| 465. Suspensão do prazo prescricional | 678 |
| 466. Prescrição intercorrente | 679 |

| | |
|--|-----|
| 467. Prescrição retroativa | 681 |
| 468. Recurso da acusação | 682 |
| 469. Prescrição e leis especiais | 683 |
| 470. Prescrição e mérito | 684 |

*IV – Excursus sobre as chamadas “condições
objetivas de punibilidade”*

| | |
|--|-----|
| 471. O problema | 684 |
| 472. Existem as “condições objetivas de punibilidade”? | 684 |

V – As condições processuais de atuação da coerção penal

| | |
|--|-----|
| 473. Exercício das ações | 685 |
| 474. Ação penal e crime complexo | 689 |
| 475. Decadência | 689 |
| 476. Perempção | 691 |
| 477. Renúncia do direito de queixa | 692 |

VI – Efeitos

| | |
|--|-----|
| 478. Alcance da extinção da punibilidade | 693 |
| Leituras complementares | 695 |

CAPÍTULO XXXVIII – MANIFESTAÇÕES DA COERÇÃO PENAL

I – Manifestações da coerção penal no direito penal vigente: panorama geral

| | |
|--|-----|
| 479. As penas do Código Penal | 696 |
| 480. A relativa indeterminação da pena | 697 |

II – O problema da pena de morte

| | |
|---|-----|
| 481. A legislação brasileira | 697 |
| 482. A pena de morte no mundo | 698 |
| 483. A pena de morte não é uma pena | 699 |

III – Manifestações da coerção penal excluídas da legislação penal

| | |
|--|-----|
| 484. Manifestações excluídas pela Constituição Federal | 699 |
| 485. Outras penas que não constam do Código | 701 |
| 486. Penas propostas recentemente | 701 |

IV – As penas privativas de liberdade

| | |
|---------------------------------|-----|
| 487. Considerações gerais | 703 |
|---------------------------------|-----|

| | |
|---|-----|
| 488. As penas privativas de liberdade no Código vigente..... | 705 |
| 489. Cálculo do tempo da pena e detração penal..... | 706 |
| 490. O limite máximo de duração da pena privativa de liberdade..... | 707 |
| 491. Execução das penas privativas de liberdade..... | 709 |
| 492. A execução das penas privativas de liberdade no Brasil..... | 710 |
| 493. A remição pelo trabalho | 713 |
| 494. Os direitos dos presos | 713 |

V – Livramento condicional

| | |
|--|-----|
| 495. Requisitos | 714 |
| 496. Livramento condicional subordinado a condições específicas..... | 717 |
| 497. Condições a que deve se submeter o liberado..... | 718 |
| 498. Revogação do livramento condicional | 718 |

VI – Penas restritivas de direitos

| | |
|--|-----|
| 499. Enunciado e natureza..... | 719 |
| 500. Conversão das penas restritivas de direitos em penas privativas de liberdade..... | 720 |
| 501. Prestação pecuniária..... | 721 |
| 502. Perda de bens e valores | 721 |
| 503. Prestação de serviços à comunidade | 722 |
| 504. Interdição temporária de direitos..... | 723 |
| 505. Limitação de fim de semana..... | 724 |
| 506. A pena pecuniária e sua crítica..... | 725 |
| 507. O sistema do Código Penal | 726 |
| 508. Conversão da pena de multa em pena privativa de liberdade..... | 728 |
| 509. A multa substitutiva | 728 |

VII – Efeitos da condenação

| | |
|---------------------------------------|-----|
| 510. Natureza | 729 |
| 511. Confisco | 729 |
| 512. As inabilitações acessórias..... | 730 |

VIII – Reabilitação

| | |
|---|-----|
| 513. Natureza | 731 |
| 514. Direito penal de registro..... | 732 |
| 515. Extinção das consequências da condenação | 733 |

| | |
|--|-----|
| 516. Condições para que ocorra a reabilitação..... | 733 |
| Leituras complementares | 734 |

CAPÍTULO XXXIX – A DETERMINAÇÃO DA PENA
NO CASO CONCRETO

I – Conceito de individualização da pena

| | |
|--|-----|
| 517. Direito de quantificação da pena..... | 735 |
|--|-----|

II – O sistema do Código Penal e a fixação da pena-base

| | |
|-------------------------------------|-----|
| 518. Mecânica e etapas..... | 736 |
| 519. Determinação da pena-base..... | 738 |

III – Circunstâncias agravantes e atenuantes

| | |
|--|-----|
| 520. Alcance da sua incidência na pena..... | 740 |
| 521. Circunstâncias que decorrem de um efetivo conteúdo do injusto do delito | 741 |
| 522. Circunstâncias correspondentes ao grau de culpabilidade do delito | 743 |
| 523. Circunstâncias que decorrem de considerações político-criminais | 744 |
| 524. Algumas circunstâncias inominadas | 744 |

*IV – Reincidência: circunstância agravante
pelo maior conteúdo do injusto,
presumido juris et de jure*

| | |
|--|-----|
| 525. Fundamento, natureza e crítica..... | 745 |
| 526. Condições da reincidência na lei vigente..... | 749 |

V – Causas de atenuação ou de agravação (escalas penais alteradas)

| | |
|---|-----|
| 527. Classificação | 752 |
| 528. Escalas alteradas pelo conteúdo do injusto..... | 752 |
| 529. Escalas alteradas pelo grau de culpabilidade..... | 752 |
| 530. Escalas alteradas por razões político-criminais..... | 753 |

VI – Alguns problemas particulares da individualização da pena

| | |
|---|-----|
| 531. A individualização da pena de multa | 754 |
| 532. Individualização da pena em caso de cúmulo aritmético de privações de liberdade..... | 755 |

VII – *Suspensão condicional da pena*

| | |
|--------------------------------------|-----|
| 533. <i>Sursis e probation</i> | 755 |
| 534. Requisitos | 756 |
| 535. Condições..... | 757 |
| 536. Revogação da suspensão..... | 757 |

TÍTULO II

COERÇÃO FORMALMENTE PENAL

CAPÍTULO XL – MEDIDAS DE SEGURANÇA E EFEITOS CIVIS DA CONDENAÇÃO PENAL

I – *As medidas de segurança*

| | |
|--|-----|
| 537. Introdução | 761 |
| 538. As medidas de segurança do Código Penal..... | 762 |
| 539. As medidas de segurança não têm limite máximo?..... | 763 |

II – *Efeitos civis da condenação penal*

| | |
|--|-----|
| 540. Reparação do dano <i>ex delicto</i> | 764 |
| 541. Efeitos da sentença absolutória | 766 |
| Bibliografia | 766 |

ANEXO

CONVENÇÃO AMERICANA SOBRE DIREITOS HUMANOS

| | |
|---|-----|
| “PACTO DE SAN JOSÉ DE COSTA RICA”– 1969 | 771 |
| OBRAS DOS AUTORES | 797 |